

Frente em defesa dos institutos de pesquisa vai realizar ato público

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

A Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo vai realizar, no dia 3/3, às 14h, na Assembleia Legislativa, um ato público para divulgar reivindicações do setor, em documento a ser distribuído aos deputados. O objetivo é sensibilizar os parlamentares para essas demandas.

A decisão foi tomada nesta terça-feira, 24/2, em reunião da frente parlamentar, que é coordenada pelo deputado Carlos Neder (PT). Participaram do encontro representantes de diversas entidades ligadas aos trabalhadores de institutos de pesquisa e fundações.

Entre os temas que constarão do documento, apontados pelos integrantes do órgão, estão a insuficiência de recursos orçamentários, o envelhecimento do corpo de profissionais de pesquisa e a inexistência de programas de jovens talentos.

Também estarão em pauta reivindicações específicas como a definição de um plano de carreira para os trabalhadores de apoio à pesquisa e, no caso das fundações, a definição de seu futuro jurídico e a probabilidade de fusão de órgãos. "Foi retomada a ideia do Estado mínimo e de privatização daquilo que é prerrogativa da esfera pública", alertou Neder.



Carlos Neder (à dir.) coordena a Frente

O cronograma de atividades da frente prevê ainda uma reunião, em 11/3, para apresentação do relatório final. Nesse encontro "será feita uma discussão detalhada do relatório. É importante lembrar que não há um mecanismo de votação de propostas e por isso o documento deverá incluir posições divergentes", destacou Neder.

Antes disso, a frente pretende discutir as demandas dos institutos e fundações, bem como o futuro dessas

entidades, em audiências que serão solicitadas aos secretários da Saúde, da Educação, de Agricultura e Abastecimento, de Administração Penitenciária, de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

"Queremos saber como está o debate dessas questões no Poder Executivo e interferir, discutindo nossas posições", concluiu o coordenador da frente.

CFOP aprova PL que institui o Programa Mãe Legal

CAROLINE LEONARDO - FOTO: MÁRCIA YAMAMOTO

Nesta terça-feira, 24/2, a Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento, presidida pelo deputado **Mauro Bragato** (PSDB), aprovou os pareceres dados a 14 projetos de lei. Destaque para o PL 1.170/2011 que institui o Programa Mãe Legal, que visa evitar o abandono de seus filhos.

O programa vai oferecer atendimento social e psicológico às mulheres que, por alguma razão, optarem por não ficar com os seus filhos. O objetivo é promover uma reflexão mais profunda por parte das mães, para que considerem a melhor decisão diante de sua realidade.

O projeto também visa, quando for o caso, proporcionar

a orientação necessária para as mães e gestantes encaminharem os filhos de forma correta para os pretendentes registrados no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ou promover a reinserção da criança na mesma família ou em família substitutiva de forma adequada.

Se forem notados sinais de que a mulher está sendo obrigada a abandonar o filho, ela será encaminhada para a Delegacia da Mulher e serão adotados todos os procedimentos de proteção à mulher vítima de violência.

Estiveram presentes na reunião Beth Sahão, Professor Tito, Hamilton Pereira (todos do PT), Maria Lúcia Amary e Roberto Engler (ambos do PSDB), Osvaldo Vergínio (PSD) e Orlando Bolçone (PSB).



Seminário vai abordar diretrizes para segurança alimentar

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa realiza nesta quinta-feira, 26/2, o seminário Diretrizes para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento, que acontecerá no auditório Franco Montoro, às 14h, tem como tema "Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: o que é comida de verdade?" e é organizado pelos deputados petistas Ana do Carmo (coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Produção Orgânica e da Agroecologia), Professor Tito (coordenador das frentes parlamentares pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar e pela Segurança Alimentar) e José Zico Prado (coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Extensão Rural).

Entre os convidados estão representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, do Conselho de Segurança Alimentar Estadual, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra-SP e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

projeto

Incentivo ao uso compartilhado do automóvel

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO EDSON GIRIBONI

Depois de aprovado por todas as comissões técnicas da Assembleia Legislativa, um projeto de **Edson Giriboni** (PV) está pronto para a Ordem do Dia, o que significa que pode ser colocado em votação. É o "Carona Verde", projeto de lei que prevê a isenção do pagamento das tarifas de pedágios, nas praças que serão instaladas, para os veículos de passeio utilizados por três ou mais pessoas. Se aprovado pelo Plenário, o projeto será encaminhado para sanção do governador.

"A questão da mobilidade é um assunto que atinge a todos, não somente a população das grandes cidades. O objetivo do Carona Verde, ao incentivar o uso compartilhado dos veículos, é melhorar o trânsito e,



consequentemente, a emissão de poluentes. O objetivo é melhorar a qualidade de vida das pessoas, através da diminuição do número de veículos que trafegam por nossas rodovias e vias públicas", diz o deputado. Para Giriboni, oferecer passagem livre no pedágio é uma contrapartida justa e muito eficaz de aumentar significativamente a adesão ao programa.

Leis de incentivo a caronas já existem em vários países, como Estados Unidos e Canadá, onde há faixas exclusivas para veículos que transportam mais de três pessoas. No Brasil,

a ideia está ganhando força. Salvador foi a primeira cidade a incentivar a carona oficialmente. Lá foi criada uma faixa para carros com mais de uma pessoa. Também já existem sites que auxiliam na busca por caronas.

egiriboni@al.sp.gov.br